

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
IDEOLOGIA E SEU FUNDAMENTO HISTÓRICO-ONTOLÓGICO: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS OBRAS DE ANTÔNIO GRAMSCI E GYORGY LUKÁCS			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Paulo Roberto Félix dos Santos	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ/ PPGSS/	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Diante das problemáticas da atual fase de expansão do capitalismo parece inconteste uma saída possível além desse sistema sociometabólico. Assim, a própria existência das ideologias é questionada. Entendemos que longe de estarmos diante do fim das ideologias, estamos num processo em que a cruzada ideológica do grande capital tem impactado duramente a organização da classe trabalhadora. Buscamos problematizar qual a possibilidade que a apreensão da categoria ideologia tem para o desvelamento dessa realidade. Para isso, nos referenciamos em dois expoentes do marxismo, Antônio Gramsci e Gyorgy Lukács, partindo da premissa de que os dois se apoiam numa concepção ontológica de ideologia e avançam da mera apreensão dessa categoria como epifenômeno da base material ou enquanto consciência falsa, como tem sido abordado por muitos na tradição marxista. Com isso, acreditamos que a análise comparativa da categoria ideologia em torno desses dois autores pode nos permitir problematizar alguns da conjuntura hodierna.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Ideologia, Antônio Gramsci, Gyorgy Lukács.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Faced with the problem of the current capitalist expansion phase appears unchallenged a possible way out beyond that socialmetabolic system. Thus, the very existence of ideologies is questioned. We understand that far from being before the end of ideologies, we are in a process where the ideological crusade of big capital has severely impacted the organization of the working class. We seek to question what is the possibility that the seizure of ideology category has to unveiling this reality. For this, we referred in two exponents of Marxism, Antonio Gramsci and Gyorgy Lukács, on the premise that both rely on ontological conception of ideology and advance the mere apprehension that category as epiphenomenon of the material basis or as false consciousness, as has We have been approached by many in the Marxist tradition. Therefore, we believe that comparative analysis of ideology category around these two authors can allow us to discuss some of today's situation.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Ideology, Antonio Gramsci, Gyorgy Lukács			
EIXO TEMÁTICO			
Ideologias e disputa de hegemonia na luta pela emancipação humana			

1. INTRODUÇÃO

A crise pela qual passa esse modelo sociometabólico baseado na ordem do capital vem exigindo mudanças significativas do ponto de vista econômico, o que se expressa, desde o fim dos anos de 1970, no processo de Reestruturação Produtiva e sua conseqüente alteração nas esferas de produção e reprodução sociais (ANTUNES, 1998; HARVEY, 1998). Trata-se de uma crise sem precedentes e cujos limites de saneamento lhe impõe um caráter crônico e estrutural (MESZAROS, 2009). Apesar das determinações econômico-estruturais que configuram esse processo é fundamental compreender que ele vem acompanhado de um reordenamento social e ídeo-político em escala global. Ante a esse contexto não são raras as proposições de que teríamos chegado ao “fim da história” (FUKUYAMA, 1992). Também nessa linha, no século XX, já na década de 1960, tem-se a proposição por parte de Daniel Bell (1980) acerca da defesa do fim das ideologias com a publicação da obra *The end of ideology* (O fim da ideologia).

Com o fim da experiência do chamado “socialismo real” e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1992 nos parece conformar uma ambiência apologética de esvaziamento de quaisquer alternativas frente ao capitalismo como sistema hegemônico¹, e foi em meio a esse novo contexto que ganhou maior reverberação os impactos das ideias, postuladas até os dias atuais, de Fukuyoma (1992) para quem o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história da humanidade, não havendo mais alternativas de uma realidade para além das determinações capitalistas. Slavoj Žizek, apoiando-se em Frederic Jameson, chega a apontar que na hodierna sociedade “[...] Parece ser mais fácil imaginar o ‘fim do mundo’ que uma mudança muito mais modesta do modo de produção” (ŽIZEK, 1996, p. 7). É interessante perceber o peso que tal formulação tem na vida cotidiana dos sujeitos, na medida em que uma proposta que se proponha “para além do capital” (MESZAROS, 2009) parece se colocar na ordem do impossível dada a visão de mundo cristalizada de que estaríamos vivendo o limite último da história da humanidade.

Tais acepções trazem um duro golpe à concepção de ideologia com conseqüentes desdobramentos na análise da realidade contemporânea. Nessas condições, tal categoria é retirada da cena pública, sendo entendida como uma discussão *demodè*. Falar em ideologia (ou ideologias) na contemporaneidade adquire uma conotação essencialmente pejorativa. Trata-se a nosso ver de um processo que Lukács (2011), acertadamente, denominou de “nova ideologia da desideologização”. Do mesmo modo, concordamos com Iasi (2011, p.87) para o qual “podemos ver

¹ A respeito desse processo instigantes observações podem ser encontradas em Netto (2007).

o quanto de hipocrisia existe na afirmação peremptória sobre o ‘fim das ideologias’. Elas não apenas não morreram como se reforçaram no disfarce que lhes cabe, ‘como não ideologias’”.

Parece-nos que o contexto contemporâneo, não tem apontado para o fim da ideologia, como aporte fundamental de capilarização de domínio da burguesia sobre os demais seguimentos da sociedade. Como falarmos, então, em fim da ideologia, em uma época que a *hipocrisia deliberada* e a exacerbação da *razão cínica* (ZIZEK, 1996) nos parece ser o mote para construção de consensos no conjunto da sociedade. É nessa perspectiva que buscamos problematizar algumas acepções de ideologia e sua importância para compreensão da realidade contemporânea.

É importante ressaltar que abordar esse tema não se trata de um campo consensual. Antes, porém, refere-se a um campo heterogêneo e polissêmico. Liguori (2007), por exemplo, chega a listar seis categorizações expostas por Terry Eagleton e onze por Ferruccio Rossi Landi, acerca do termo ideologia. Nesse sentido, nesse texto, estamos referenciando a discussão da ideologia no âmbito da tradição marxista, e mais especificamente na perspectiva de dois, dos mais influentes pensadores marxistas do século XX: Antônio Gramsci (1891 – 1937) e Gyorgy Lukács (1885 – 1971).

Mas, por que pensar esses desafios à luz de teóricos como Gramsci e Lukács? Tal questionamento pode ser respondido por duas ordens de razões. A primeira por entender que se trata de dois pensadores, que a nosso ver discutiram o tema de forma muito significativa no âmbito marxismo. Correspondem a dois grandes representantes da tradição marxista. E por outro lado, entendemos que os dois aprofundam um aspecto ainda polêmico no campo da tradição marxista, qual seja, a concepção de ideologia para além de sua caracterização como “consciência falsa”. Isso implica entendê-la não só em seu aspecto pejorativo, mas também compreendê-la como uma força material socialmente existente e que, portanto, incide sobre o conjunto das relações sociais podendo atuar positiva ou negativamente a depender do conteúdo que lhe caracterize. Destarte, a nosso ver, foi com Gramsci e, posteriormente com Lukács que tal argumento ganhou maior precisão e densidade teórico-histórica.

Ademais, entendemos que questão da ideologia ainda tem se colocado como um grande desafio para o marxismo no século XXI, no âmbito de compreender os caminhos para a transição socialista. E entendemos que uma das trilhas que prefiguram esse caminho pode se situar na articulação do pensamento desses dois autores. São, talvez, os mais influentes pensadores marxistas ocidentais da contemporaneidade e podemos encontrar em suas obras, densas e importantes reflexões acerca das temáticas que aqui nos propomos perquirir.

Conforme aponta Coutinho (2011) são poucos os ensaios dedicados exclusivamente a uma comparação entre eles, Lukács e Gramsci, na qual se discutem seus possíveis pontos de

convergência e divergência². Apesar da existência e importância dessas tentativas de comparação entre os dois autores tratam-se, ao nosso juízo, ainda de pesquisas residuais que não se configuram numa incursão mais densa que nos possa apresentar um “acerto de contas” entre pensadores que jamais se encontraram, mas que apresentam pontos de reflexões semelhantes em relação às diversas problemáticas que assolam o Marxismo.

Concordando com Coutinho (2011), entendemos que uma exaustiva análise comparativa entre eles parece-nos absolutamente necessária, se quisermos superar os impasses com que se depara hoje o marxismo e prepara-lo para enfrentar os desafios da atualidade. Por isso, entendemos que refletir sobre a categoria ideologia na obra desses autores permite preencher parte dessa lacuna.

Para apontar esse caminho discutimos no texto, como os dois autores ampliam a dimensão pejorativa, historicamente abordada no marxismo acerca da definição de ideologia, e entendemos que essa definição toma novos contornos a partir das análises empreendidas por Antônio Gramsci e Gyorgy Lukács, ao apreender aquela definição a partir de uma perspectiva histórico-ontológica e com isso estabelecer o resgate do fundamento categorial elaborado por Marx³, em que pesem algumas diferenças. É a partir dessa constatação que tentaremos demonstrar, de forma ainda aproximativa⁴, alguns pontos de intersecção na obra desses dois autores que pode nos permitir realizar uma incursão por dimensões transversais aos estudos empreendidos por eles, tendo como referência a categoria ideologia.

É comum em torno dos marxistas que abordam a obra desses autores estabelecer uma relação de paralelismo entre Gramsci e Lukács. Na nossa avaliação parece se tratar de um equívoco, dado que não se trata de estabelecermos uma relação do tipo Gramsci *ou* Lukács, mas ao contrário

²Para Coutinho (2011) são muitas as obras que tratam dos dois autores em separado. Mas, são raras as incursões comparativas que possam dar conta dessa problemática. Como exemplo cita dois ensaios que conhece referente à essa proposição. O primeiro refere-se a um texto do Prof. Michael Lowy intitulado “Gramsci e Lukács: em direção a um marxismo antipositivista” em *Romantismo e messianismo* (São Paulo, Edusp/Perspectiva, 1990); e outro do Prof. Guido Oldrini denominado “Gramsci e Lukács avversari del marxismo dela Seconda Internazionale” em *I Compiti della intellettualità marxista* (Nápoles, La Città del Sole, 2000). Para a elaboração desse trabalho, em pesquisa preliminar, identificamos também outro ensaio do Prof. Álvaro Bianchi intitulado “Lukács e Gramsci e a crítica ao ‘Ensaio Popular’ de Bukharin” em *Revista Debates Contemporâneos*, ano XIII, nº30, junho de 2005. Mesmo assim, ratificamos a preocupação de Coutinho quanto à escassez de materiais que demonstrem uma análise comparativa entre o pensador italiano e o seu colega húngaro.

³ Como já apontamos trata-se de um tema bastante controverso. Não há um consenso acerca da perspectiva de uma pretensa ampliação operada por Gramsci e Lukács a respeito da concepção de ideologia presente em Marx. Alguns autores sustentam a tese de que, a rigor, no conjunto da obra marxiana, ideologia é sempre apresentada com uma noção pejorativa. A esse respeito sugerimos conferir um instigante texto recém publicado de autoria de Mauro Iasi (2014), *Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais*.

⁴A dimensão aproximativa desse texto refere-se ao caráter introdutório da discussão que ora lançamos. Tratam-se de reflexões, que estamos convencidos serem bastante pertinentes para a compreensão de alguns dilemas presentes em torno da problemática da ideologia, sobretudo no interior da tradição marxista, mas está longe de serem considerações conclusivas. Apenas tentaremos demonstrar, de forma sumária, alguns aspectos que, da nossa parte, são premissas de possibilidades de investigação.

construirmos um *tertium datur*, que busque apresentar quais as principais ideias dos autores constituem uma *integração dialética*. Nessa perspectiva autores como Coutinho (2008; 2011), Infranca (2013) e Barsotti (2013) defenderam que essa análise comparativa entre os “dois gigantes do marxismo” é certamente necessária para estimular o que o filósofo húngaro chamava de “renascimento do marxismo”, condição para preparar a “filosofia da práxis” (o belo pseudônimo que Gramsci, tentando evitar a censura, encontrou para “materialismo histórico”) para o enfrentamento dos desafios do século XXI. É nessa perspectiva que entendemos que, em parte, o texto que apresentamos pode contribuir nesse processo. Com isso buscamos apresentar, a partir do estudo da categoria ideologia na obra dos autores, uma contribuição ao pensamento marxista.

2. UMA ABORDAGEM ONTOLÓGICA DE IDEOLOGIA A PARTIR DOS ESTUDOS DE ANTÔNIO GRAMSCI E GYORGY LUKÁCS

Como visto, em muitas análises no debate marxista tornou-se comum o uso que recai sobre a categoria ideologia com uma tendência a apreendê-la a partir de uma dimensão de “consciência falsa”⁵. A nosso ver na obra de Antônio Gramsci e Gyorgy Lukács, ao contrário do uso habitual, de uma *concepção fisiológica de ideologia* (KONDER, 2002), existe uma decidida revalorização dessa categoria, a partir de uma inovação no interior do paradigma marxiano. Trata-se de reflexões que já aparecem nas obras dos autores desde as suas produções mais juvenis. Entretanto, dados os limites desse texto buscamos apresentar a maior parte das análises a partir das obras de maturidade no âmbito das ideias explicitadas nos *Cadernos do Cárcere*, de Gramsci e na obra *Para Ontologia do Ser social*, de Lukács⁶.

No caso do pensador italiano, sem dúvidas a obra é inspirada pela crítica à superestrutura em suas múltiplas expressões. Mas, não se trata de uma crítica que cinde a dimensão superestrutural do terreno das estruturas. Ao contrário, tais esferas só podem ser pensadas enquanto determinação dialética a partir de um conjunto de interações recíprocas. O conjunto dessas determinações ganha

⁵ Cumpre-nos apontar que a noção de *falsa consciência* que aqui reiteradas vezes demarcamos não corresponde a um mero acúmulo de ideias falsas. Se assim o fosse a alternativa seria bem mais simples do que parece ser. Deveríamos, tão somente, substituir essas “ideias falsas” por outras “ideias verdadeiras”. Trata-se de um ledor equívoco, ao nosso ver, e que foi duramente rechaçado por Marx e Engels, sobretudo em *A ideologia Alemã*. Não há uma falsa consciência apenas porque os sujeitos apreendem um conjunto de ideias falsas. Esses sujeitos só podem fazê-lo na medida em que vivem essa falsidade, essa inversão. As ideias se colocam de forma invertida porque vivemos uma realidade invertida. Na sociabilidade do capital, na produção da nossa existência social, as relações entre pessoas aparecem [falsamente] como uma relação entre coisas. Desse modo, apreendemos, por meio de nossa existência invertida, uma noção invertida da realidade e não necessariamente falsa

⁶ Longe de desconsiderar a importância das análises quanto à discussão da ideologia apresentada nas fases juvenis dos autores, estamos nos referenciando, majoritariamente, nas citadas obras por considerar que se tratam das reflexões mais densas e consistentes às quais eles chegaram em torno da temática. Por isso, tomamos como ponto de partida as obras que expressam o momento de maturidade dos autores.

em Gramsci a nomenclatura de “Bloco Histórico “[...] isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas [que] é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (GRAMSCI, 2007, p.250). É nessa direção que para Gramsci comporta na definição de Bloco Histórico o fato de que “[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma” (idem, ibidem, p.238), e ainda adverte o autor que a distinção entre forma e conteúdo é puramente didática “[...] já que as formas materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (idem, ibidem). Entendemos que é nessa perspectiva que o filósofo italiano constrói a sua “teoria” da ideologia. Apesar de não existir uma definição cabal e única de ideologia⁷ na obra do referido autor acreditamos que toda a sua concepção em torno do termo apresenta uma linha transversal que nos permite apontar algumas definições semelhantes. Conforme argumenta Liguori (2007, p.78) é muito provável que Gramsci não tenha tido acesso ao conjunto de obras marxianas que nos leva hoje ao “lugar de nascimento do marxismo de ideologia na sua conotação negativa”, sobretudo o conjunto de formulações presentes n’*A Ideologia Alemã*⁸, que, como vimos, mais tarde teria contribuído para difundir a noção de ideologia como consciência falsa.

Destarte, entendemos que é a partir de uma leitura “ampla” do “Prefácio” de 1859 com as fundamentais *Teses sobre Feuerbach* é que Gramsci chega nos *Cadernos* à sua concepção ontológico-prática de ideologia. Segundo Konder (2002, p. 106), citando Gramsci (1975) ao se referir ao caráter das ideologias no âmbito da filosofia da práxis aponta que: “Para Marx, as ‘ideologias’ não têm nada de ilusão e aparência; são uma realidade objetiva e operante, mas não são a mola da história, eis tudo”.

Notemos que se torna evidente para o filósofo italiano que a ideologia não se constitui a última determinação do desenvolvimento da história, ou como ele mesmo escreve “não são a mola da história”, o que nos permite apontar para os seus limites enquanto categoria histórica, inserida, portanto, num conjunto de determinações histórico-sociais em que circulam as lutas de classes. Assim, não se pode depreender da obra de Gramsci uma concepção ingênua no poder de as ideologias, como tais, revolucionarem a sociedade. Então, qual seria o limite histórico das ideologias? Qual o seu lugar de nascimento e qual o espaço no qual elas atuam?

Para esse questionamento nos parece que Lukács (2013, p.465) apresenta sinteticamente uma resposta ao afirmar que: “[...] toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela

⁷ Percebe-se uma polissemia do uso dos termos Ideologia em Gramsci quando o autor faz referências, por exemplo, a ideologias políticas, ideologia maziniana, ideologia liberal, ideologia puritana, ideologia meridional, ideologia patriótica (LIGUORI, 2007, p.88).

⁸Salva da “crítica roedora dos ratos”, é preciso destacar que a obra *A Ideologia Alemã*, permaneceu inédita até 1932, ano da sua primeira publicação. Considerando que a obra foi publicada cinco antes da morte Gramsci e diante do contexto de censura pelo qual passava o autor no cárcere, é muito provável que ele não tenha tido acesso ao material.

tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* [aqui e agora] social dos homens que agem em sociedade”. Nesses termos a consciência se coloca como uma mediação necessária à existência do ser social e nesse preciso sentido, a ideologia se coloca como um mecanismo fundamental de resolução de conflitos que se apresentam ao ser social.

Dado o seu nascimento, existiria limite à ideologia? Se a resposta for afirmativa, qual seria, então, o seu raio de ação? Para isso, tanto Gramsci quanto Lukács apresentam que há uma zona limítrofe de ação e está em suas determinações históricas e sociais. Situa-se no terreno ontológico-social no qual são geradas. Destarte, afirma Gramsci que: “Não são as ideologias que criam a realidade social, mas é a realidade social na sua estrutura produtiva que cria as ideologias” (GRAMSCI, 2013, p. 238). Ainda que, provavelmente, Gramsci não tenha tido contato com todo o conjunto de formulações inscritas n’*A Ideologia Alemã* (diferentemente de Lukács), a percepção em torno da ideologia como produto do conjunto das relações sociais, tendo sua gênese, portanto, nas condições objetivas de vida dos sujeitos sociais, assemelha-se à concepção marxiana da relação realidade social e sujeito, ou objetividade e subjetividade. Lembremos que para Marx, e na sua trilha Gramsci e Lukács:

[...] os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. *Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência.* (MARX e ENGELS, 2009, p.94, Grifos nossos)

Cumprido apontar que partindo da relação de determinações recíprocas entre objetividade e subjetividade, a nosso ver, toda a concepção de ideologia presente nas obras de Gramsci e Lukács, apesar de entenderem tal categoria como uma dada visão de mundo, não a reduz a uma definição subjetivista, como se tais ideias estivessem descoladas de uma dada base material. Situando essa determinação da ideologia especificamente na obra de Gramsci, Liguori (2007, p.82) aponta que o autor italiano “[...] está sempre atento à necessidade de conduzir uma ‘luta em duas frentes’, contra o ‘economicismo’ por um lado, e contra o ‘ideologismo’ por outro [...]”. Nesses termos, a inovação trazida por Gramsci na apreensão dessa categoria demonstra a tentativa do autor de “livrar” o marxismo de sua época contra a tendência de superestimar as suas determinações mecanicistas dessa categoria, como se essa fosse constituída como um epifenômeno da base estrutural, reproduzindo imediata e mecanicamente as relações de dominação de classe.

A leitura da aceção de ideologia na obra do pensador húngaro nos permitir afirmar que Lukács caminha na mesma direção da perspectiva de Gramsci. Assim, ao questionar a difusão determinista de ideologia que impregnou o marxismo da II Internacional Comunista (IC), Lukács argumenta que tal

[...] determinação provocou os mais variados mal-entendidos de todos os lados. [...] o marxismo vulgar tirou delas a conclusão de que todos os produtos não rigorosamente econômicos da humanidade estariam numa relação de dependência direta e mecânica com a economia, seriam “produtos” simples do seu desenvolvimento (LUKÁCS, 2013, p.550).

Parece-nos que tal afirmação contrária às posições deterministas que se espalharam na IC, coincide com o posicionamento apresentado pelo pensador italiano, e que do nosso ponto de vista contribui para ratificar as semelhanças apresentadas pelos autores em suas acepções em todo da categoria ideologia. E, se por um lado, os dois autores buscam se apartar das perspectivas deterministas usuais na tradição marxista, por outro, buscam não cair num subjetivismo, como se as expressões ideológicas correspondessem a uma mera vontade individual dos sujeitos.

Contra essa percepção adverte o filósofo húngaro que “De modo algum está embutida aí, como diriam os marxistas vulgares, uma *superestimação do momento ideológico*” (LUKÁCS, 2013, p.496). Desse modo, diferentemente de uma suposta interpretação subjetivista na obra dos dois autores temos a clareza de que ambos ao situarem a ideologia num processo de interações dialéticas entre subjetividade e objetividade, compreendendo essa última como a determinação em última instância do campo das superestruturas, apresentam uma concepção ontológica de ideologia. Assim, da mesma forma que em Gramsci, “existe nos *Cadernos uma teoria materialista da ideologia*”, como aponta Liguori (2007, p.91, grifos nossos), a nosso ver esse direcionamento também está presente na obra de Lukács, inclusive ao apontar para a necessidade de uma análise ontológico-prática da ideologia em detrimento de uma perspectiva unilateralizante de cunho meramente científico-gnosiológico.

Para Coutinho, Lukács e Gramsci têm em comum o fato de se recusarem a analisar a ideologia de um ponto de vista estritamente gnosiológico, ou seja, apenas como “consciência falsa” em contraste com “consciência verdade” (ciência). Para o autor tanto Gramsci quanto Lukács, em suas formulações sobre a ideologia a apresentam como “força real, como ontológico que altera e modifica a vida humana, mesmo quando seus conteúdos cognitivos não correspondam à reprodução da realidade” (COUTINHO, 1999, pp.113-14).

Por isso, há uma recusa por parte de Gramsci e Lukács em assimilar uma concepção de ideologia apenas como elemento falso. A partir do pensamento dos dois autores entendemos que essa é apenas uma possibilidade. O que então nos permitira diferenciar o funcionamento das ideologias como consciência falsa, mas também compreendê-la como uma força objetiva que incide sobre o conjunto das relações sociais? Para Lukács “[...] só é possível compreender o que realmente é ideologia a partir de sua atuação social a partir de suas funções sociais”. (LUKÁCS, 2013, p.480).

Desse modo, o autor nos mostra que o caráter objetivo e por tanto de identificação de como um conjunto de ideias pode vir a ser uma ideologia está relacionada à sua função social. Assim, a depender da função social que o conjunto de ideias pode exercer na realidade, este pode vir a se tornar ideologia e o faz em múltiplas determinações, como veremos a seguir.

3. IDEOLOGIA, FUNÇÃO SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES

Se por um lado, na aceção de Gramsci e Lukács a ideologia não é falsa consciência, por outro lado, ela não se configura a partir de uma definição unívoca e homogênea, mas contemplam, na obra dos dois, pelo menos duas grandes definições. Em Gramsci, ainda que tenhamos uma concepção transversal de ideologia em suas obras, é fundamental apontar que para o autor tal concepção comporta, em princípio, uma dupla determinação. Ao definir os tipos de ideologias o autor argumenta da seguinte forma: “É necessário, por conseguinte, distinguir entre *ideologias historicamente orgânicas*, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e *ideologias arbitrarias*, racionalísticas, ‘voluntaristas’” (GRAMSCI, 2013, p.237, grifos do autor). No primeiro caso (ideologias historicamente orgânicas), Gramsci faz remissão ao conjunto de ideias agregadas e sistemáticas num determinado processo. Nesses termos, para Gramsci “[...] enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc” (GRAMSCI, 2013, p.237). Lukács, mesmo que não tenha lido toda a obra de Gramsci trata desse aspecto de forma semelhante ao recorrer a Marx em sua *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* ao afirmar que

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se converte em poder material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de se apossar logo que se demonstra *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. (MARX *apud* LUKÁCS, 2013, p.523).

Ademais, cabe retomar a discussão que Gramsci faz em torno das ideologias historicamente orgânicas quando ao afirmar a validade delas aponta para o fato de elas organizarem as massas e formarem o terreno no qual, segundo ele, os homens se movimentam e adquirem consciência de sua posição, e a partir daí lutam. Também nos parece uma interpretação da validade das ideologias muito próxima da discussão que Lukács trava quando nos apresenta que “A ideologia é, sobretudo, a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e

capaz de agir (LUKACS, 2013, p.465)”. Torna-se evidente que ao mesmo tempo em que os dois autores entendem o caráter objetivo das ideologias na resolução de conflitos entendem, na esteira de Marx, que estes conflitos se colocam como elementos cognoscíveis no interior da própria ideologia, pois assim afirma o filósofo alemão:

Quando se consideram essas transformações [desenvolvimento das forças produtivas] é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim (MARX, 2008, p.48)

Em relação ao que Gramsci (2013) considera como ideologias “arbitrárias”, não podem criar mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. Trata-se de um conhecimento assistemático, desagregado. Apesar disso, não significa que não tenham validade. A partir dessa determinação apontada por Gramsci da noção de ideologias arbitrárias, Lukács apresenta uma possível divergência ao apontar que:

Gramsci⁹ certa vez falou de um duplo significado da expressão ideologia. Em suas interessantes explicações devemos, entretanto, criticar o fato de ele contrastar a necessária superestrutura somente com as representações arbitrárias dos homens singulares. Ainda assim cabe-lhe o mérito de ter articulado claramente a ambiguidade sempre furtiva desse termo tão importante. Mas, ao fazer isso, ele infelizmente incorre imediatamente numa abstração convencional. Por um lado, está correto que os marxistas entendem por ideologia a superestrutura que necessariamente surge de uma base econômica, mas, por outro lado, é errôneo compreender o conceito de ideologia em seu uso pejorativo, que representa uma realidade social indubitavelmente existente, como formação arbitrária do pensamento de pessoas singulares. Antes de qualquer coisa: enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada como ideologia. (LUKÁCS, 2013, p.464).

⁹ Estamos diante de uma das poucas referências que Lukács faz a Gramsci no conjunto de sua obra. Outra importante referência é citada por Coutinho (2011) onde aponta que o filósofo húngaro, pouco antes de morrer teria concedido uma entrevista e que ao ser questionado sobre a problemática da ideologia fez a seguinte observação: Nos anos 1920, Korsch, Gramsci e eu tentamos, cada qual a seu modo, enfrentar o problema da necessidade social e da sua interpretação mecanicista, que era herança da Segunda Internacional. Herdamos esse problema, mas nenhum de nós – *nem mesmo Gramsci que era talvez o melhor de nós todos* – pôde resolvê-lo. Todos nos equivocamos (COUTINHO, 2011, p.152, grifos do autor).

Comentando a aparente crítica de Lukács, Coutinho (2011) entende que a observação exposta pelo pensador húngaro não é precisa na medida em que não explicita claramente ao que corresponderia a suposta “abstração convencional”. Entendemos que a diferenciação das ideologias enquanto “historicamente orgânicas” e “arbitrárias” empreendida por Gramsci corresponde, tão somente, às suas determinações de forma e conteúdo, mas não de critério de validade. Nessa concepção, ambas as concepções de ideologia assumem uma determinada objetividade na medida em que influem sobre as decisões alternativas dos indivíduos, ainda que se operem em instâncias e formas diferenciadas. Caberia aprofundar mais densamente em que medida a crítica direcionada a Gramsci, de fato, corresponde a uma divergência apresentada por Lukács.

Entendemos também que se Gramsci atribui uma dupla determinação em torno da ideologia ao apresentá-la como orgânicas e arbitrárias, Lukács avança partir de outra dupla definição. De acordo com Vaisman (2010) e Macedo (2011) em um primeiro momento poderíamos entendê-la em sua determinação *ampla* e *restrita*, e num outro momento também poderíamos compreender que nem todas as ideologias cumprem a mesma função social, sendo então agrupadas pelo autor em *ideologias puras* e *ideologias imediatas*. Inicialmente tentaremos demonstrar o que Lukács entende por ideologia em *sentido amplo*. Para o autor:

O sentido concreto de ideologia, portanto, é mais amplo do que o conceito restrito de ideologia. Ele [o sentido amplo] significa apenas – de modo aparentemente tautológico – que, no âmbito do ser social, nada pode ocorrer cujo nascimento não seja decisivamente determinado por esse mesmo ser social. A simples facticidade se refere a cada tipo de ser, a cada objeto, na medida em que ele pertence a essa esfera do ser, de modo algum excluído, portanto, no caso do homem enquanto ser vivo a determinidade biológica, a saber, naquelas manifestações vitais que possuem uma constituição essencialmente biológica. Porém, como vimos é uma lei de desenvolvimento social que tais determinações jamais possam desaparecer totalmente, mas que elas se tornem cada vez mais decididamente como determinado de modo predominantemente social. Assim sendo, não há, desde a alimentação e a sexualidade até a exteriorização mais abstrata de uma ideia [*GedankenauBerungen*], nenhum componente do ser social cujo ser-propriadamente- assim concreto não seja essencialmente codeterminado pelas circunstâncias sociais de seu nascimento. É isso e só isso que significa a mais geral das determinações da ideologia (LUKÁCS, 2013, 469).

Para Vaisman (2010) Lukács sustenta, assim, que ideologia, bem determinada e compreendida, possui uma caracterização ampla que ultrapassa os limites vulgarmente atribuídos a

ela. Do ponto de vista ontológico, ideologia e existência social (em qualquer nível de desenvolvimento) são realidades inseparáveis. Ou seja, onde quer se manifeste o *ser social* há problemas a resolver e respostas que visam à solução destes; é precisamente nesse processo que o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de operações. Nesses termos sempre existirá ideologia mesmo em sua sociedade onde inexistam classes sociais, já que numa dimensão ampla a ideologia corresponderia a um atributo próprio do ser social.

Em relação à *dimensão restrita* de ideologia Lukács nos leva a reflexões que apontam para as circunstâncias em que os homens passam a enfrentar conflitos sociais. Agora, na medida em que o conflito social passa a fazer parte da realidade dos homens, apresentando-se como problemática vital, a ideologia volta-se à resolução dos problemas transpassados por este conflito básico, ou seja, a ideologia passa a se manifestar como um instrumento ideal através do qual os homens e as classes se engajam nas lutas sociais, em diversos planos e níveis. De acordo com Lukács a acepção restrita de ideologia refere-se ao “[...] fato de que os homens, com o auxílio da ideologia, trazem à consciência seus conflitos sociais, e por seu meio combatem conflitos cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico” (2013, p. 452). Na acepção restrita de ideologia, portanto, ideologia é instrumento de conscientização e de luta social “que caracteriza pelo menos aquelas [sociedades] da ‘pré-história’ da humanidade” (idem, *ibidem*).

Muitos desses conflitos apresentados pelo pensador húngaro estão impregnados na vida cotidiana onde o senso comum torna-se recorrente. Ao considerarmos que não há uma análise aprofundada de Gramsci acerca de quais as peculiaridades da ideologia no senso comum, entendemos que esta poderia ser complementada e enriquecida por aquilo que Lukács (2013, p.481) denominou de “ontologia da vida cotidiana” ao compreendê-la como elemento decisivo mediador entre a condição econômica e a ideologia dela decorrente. Assim, qual a contribuição que a ontologia da vida cotidiana teria à perspectiva de senso comum e bom senso apresentado por Gramsci? Trata-se de uma ponte de discussão da obra desses dois autores que, no nosso entendimento, demandaria uma análise mais atenta. Para o filósofo húngaro:

Os homens enredados em conflitos geralmente agem, antes de modo espontâneo, motivados diretamente pelo que chamamos de a ontologia da vida cotidiana Mas como surge esta? Indubitavelmente são decisivas nela as vivências primordialmente imediatas dos homens. O seu conteúdo e a sua forma, contudo, são influenciadas em ampla medida pelas ideologias – não por último também pelas ideologias puras -, cujas objetivações confluem para essa área. [...] (LUKÁCS, 2013, p.561).

Temos nessa trilha uma possibilidade de reflexões em torno das análises que Lukács empreendeu acerca da ontologia da vida cotidiana¹⁰ e daquelas que Gramsci realizou em relação ao senso comum, como um fértil campo para as representações, as ideias, as formas de sensibilidade, os preconceitos, as superstições, mas também os sistemas filosóficos e as teorias científicas deveriam ser pensadas a partir do “historicismo absoluto”. De onde partiria a análise empreendida por Lukács sobre a ontologia da vida cotidiana se não foi pelo historicismo absoluto?

Nessas condições, entendemos que essas lutas travadas no interior da sociedade de classes também se espriam pelos campos da filosofia. E sobre esse campo Gramsci, da mesma forma que Lukács, também apontou análises. Todavia, conforme aponta Konder (2002) na obra do filósofo italiano não há uma definição muito precisa de como se relacionam ideologia e filosofia. Entendemos que nesse âmbito Lukács pode ter dado uma contribuição mais significativa o que enriqueceria, sobremaneira, as análises de Gramsci sobre o tema. Para entendermos como essa possibilidade é colocada na obra lukacsiana precisamos apresentar a outra dupla determinação que se insere na discussão em torno da categoria ideologia que corresponde à diferenciação que o autor faz entre *Formas Puras* e *Formas Específicas* de Ideologias.

As primeiras (formas puras), na medida em que buscam articular indivíduo ao gênero humano, refletem seu processo evolutivo. De acordo com Vaisman (2010, p.10) são as formas puras de ideologias “[...] que podem conscientizar e mobilizar para a possibilidade da passagem do em-si da realização humana em seu para-si, ademais de representarem a condição para que a relação individualidade/genericidade atinja seu ponto de autenticidade”. Para Lukács, dentre as formas puras de ideologia temos a filosofia na medida em que esta abordaria a essência e o destino do gênero humano, o seu de-onde e para-onde, constituindo num problema central permanente. Ainda que haja profundas diferenciações das concepções de filosofia presentes em Gramsci e Lukács entendemos que podem ser considerados os pontos comuns entre os autores que se complementam e, sobretudo, as possibilidades do Marxismo ou “Filosofia da Práxis”, como denominou o filósofo italiano. Assim, entendemos que a relação que Lukács estabelece entre filosofia e vida cotidiana se aproxima bastante da discussão apresentada por Gramsci no que tange a força que diversas concepções filosóficas exercem sobre os sujeitos sociais.

As trilhas para essa tese parecem estar inicialmente na concepção gramsciana que parte da noção de que [...] “É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos” (GRAMSCI, 2013, p.93). Qual o

¹⁰Apesar de termos como referência as obras maduras desses dois autores, nos parece que tal análise comparativa poderia ser altamente pertinente entre as dimensões do *senso comum* em Gramsci e as discussões apresentadas no âmbito da *consciência reificada* que Lukács aborda na obra *História e Consciência de Classe* (2003).

caminho para começarmos a implodir esse “preconceito” acerca da noção que se tem de filosofia? Para Gramsci, o primeiro passo é compreender “[...] que todos os homens são ‘filósofos’, definindo os limites e as características desta ‘filosofia espontânea’” (idem, ibidem). Desse modo, todos os homens seriam filósofos porque todos partilham de uma dada visão de mundo, conscientes ou não. Essa noção do que Gramsci denominou de “filosofia espontânea” se expressaria no dizer do autor na linguagem; no senso comum e no bom senso; e na “religião popular” o que ele aponta como todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (idem, ibidem, p.94). Após ter identificado as particularidades das formas de filosofia espontânea o passo seguinte é a crítica da concepção de mundo que conforma essa filosofia, que da nossa perspectiva passa por uma crítica à vida cotidiana nos termos apontados por Lukács. Considerando a insuprimibilidade ontológica da vida cotidiana, Netto (2005), baseando-se em Lukács aponta as seguintes determinações fundamentais da cotidianidade: heterogeneidade, imediatez e superficialidade¹¹. Apesar dessas características entendemos que é na esfera da vida cotidiana que se cristalizam uma série de componentes ideológicos que influenciam diretamente a tomada de decisões dos sujeitos em seus atos singulares, no âmbito do que Gramsci denominou de *formas de filosofia espontânea*.

Para Gramsci é fundamental a crítica das formas de filosofia espontânea existentes de modo a situar o indivíduo com o seu gênero na medida em que “[...] a crítica à própria concepção do mundo, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído” (GRAMSCI, 2013, p.94). Nesse interregno a crítica da própria concepção de mundo corresponde também a crítica à toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular.

De acordo com as análises de Gramsci o passo inicial dessa elaboração crítica é “a consciência daquilo que é realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica” (idem, ibidem) Trata-se, dessa forma, de uma crítica radical nos termos da própria filosofia da práxis para a qual “ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem” (MARX, 2013, p.157).

Nesse processo, de crítica à vida cotidiana (para usarmos o termo de Lukács) Gramsci se empenha na defesa da criação de uma nova moral e de uma nova cultura e para ele “criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir verdades já descobertas, ‘socializa-las’ por assim dizer” (GRAMSCI, 2007,

¹¹Para uma abordagem sintética acerca do tema cf. Netto e Brant Carvalho (2005).

p.325). Com isso objetiva-se transformar tais descobertas em “base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (idem, ibidem).

Estará a crítica à filosofia espontânea apontada por Gramsci confluindo com a crítica a vida cotidiana apresentada por Lukács? Entendemos que se trata de uma relação preta de possibilidades de investigação, o que demandaria uma aprofundada análise de quais as particularidades apontadas por Gramsci no que denominou de *filosofia espontânea* e qual as suas similitudes com os elementos constitutivos da *vida cotidiana* em Lukács. O que levantamos nesse texto são pontos de interseção da obra dos autores que prefiguram possibilidades de diálogo e que a nosso ver carecem ainda de aprofundamentos.

4. IDEOLOGIA E FORMAS DE LUTA POLÍTICA

Lembremos que até aqui abordamos a filosofia como uma determinação daquilo que Lukács denominou de formas puras de ideologia. Ademais, o pensador húngaro também situa o conjunto das determinações ideológicas naquelas expressões que ele entende constituir as formas específicas de ideologia, vez que, diferentemente da Filosofia, cumprem uma função mais imediata na resolução de conflitos que surgem na esfera da vida cotidiana. Dentre essas formas o autor cita o Direito e a Política. Longe de desconsiderar a primeira forma apresentada por Lukács (o Direito), dados os limites desse texto, centraremos a atenção nas análises da Política. Esse caminho, a nosso ver, permite abrir, de forma preliminar, um diálogo entre as análises empreendidas na relação entre ideologia e política em Lukács com as análises empreendidas por Gramsci de modo a buscar as lições que esses dois autores trouxeram para o fortalecimento do marxismo.

Para Lukács:

A política é um complexo universal da totalidade social, só que se trata de um complexo da práxis, mais precisamente, da práxis mediada, que por isso mesmo, de modo algum tem a possibilidade de ter uma universalidade tão identicamente espontânea e permanente como a linguagem enquanto órgão primordial da apropriação do mundo através da objetivação dos objetos, bem como dos sujeitos que os põem pela alienação e se apropriam deles. (LUKÁCS, 2013, p.502)

As análises sobre a Política como uma esfera da práxis interativa não goza na obra de Lukács de um lugar privilegiado, a ponto de o autor não situá-la como uma forma pura de ideologia, ou seja, considerá-la incapaz de se constituir como um médium socialmente necessário de elevação da individualidade à genericidade tal qual o faria a Filosofia. Desse modo, Coutinho estabelece uma crítica a essa “lacuna” nas considerações de Lukács ao subordinar a Política a uma manifestação da

ideologia, e não o inverso. Em suas palavras “[...] o ser (política) aparece subordinado à sua forma específica de consciência (ideologia)” (COUTINHO, 2008, p.157).

Dessa conotação apresentada por Lukács e criticada por Coutinho há um ponto que nos parece se distanciar da concepção política de Antônio Gramsci. Para esse autor a esfera da Política se constitui como um elemento de catarse, ou seja a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político” (GRAMSCI, 2013, p. 314), da individualidade à generidade, dos interesses particulares ao conjunto das relações sociais.

Em primeiro lugar cumpre-nos compreender uma aparente divergência entre os dois pensadores. Se por um lado, Lukács situa a política como uma ideologia específica, portanto, incapaz de elevar o indivíduo ao gênero humano, Gramsci parece caminhar noutra direção apontando para a dimensão catártica da política. Noutra perspectiva cumpre-nos entender em quais dimensões o uso do termo “catarse” é empregado na obra dos dois autores e quais as implicações que estes “usos” têm nas discussões apresentadas por eles. É nessa direção que Coutinho (2011, p.163) compreende que:

Outro ponto em que Gramsci e Lukács convergem – e que merecia uma análise mais cuidadosa – é o conceito de catarse. Essa convergência resulta do fato de que, em ambos, o conceito de “catarse” implica a passagem do particular ao universal, que é para eles um traço determinante da ontologia do ser social.

Ainda segundo a análise de Coutinho o termo catarse assume em Gramsci uma dimensão político-interativa, enquanto que em Lukács ele estaria vinculado à esfera da ética, sobretudo, da estética. Não nos parece uma leve diferença. Ao contrário, entendemos que tratam-se de esferas diferenciadas cuja compreensão acerca de suas particularidades nos permite confrontar o porquê de atribuições diferentes por parte de Lukács e Gramsci em torno de um conceito comum. Por que Gramsci teria privilegiado essa categoria no âmbito da Política enquanto que Lukács se remete à sua discussão no campo da Ética? Cremos que temos aí de um solo fértil de discussões.

Conforme Lukács é no conjunto das relações econômico-estruturais que geram as contradições de classe e se espraiam pelo conjunto de outras determinações que estão presentes na sociabilidade, no processo de reprodução social, e que podemos identificar um importante papel exercido pela Política. É aqui, que de um elemento de luta imediata que a política passa a exercer um papel fundamental no campo das generalizações das citadas contradições. É por meio dessas generalizações que a orientação político-prática, ainda que saturadas por determinações iniciais de cunho individual e por estímulos meramente emocionais se constituem em um *medium* pelo qual a práxis política pode extrapolar o interesse imediato de classe e transforma-se num movimento universal também do ponto de vista social. A tarefa da generalização político-prática apontada por

Lukács parece ganhar um contorno mais preciso se conectá-la com um importante conceito aprofundado por Gramsci, qual seja, a sua teoria da Hegemonia. Para discutir esse elemento entendo ser necessário recorrer a uma contribuição de Gramsci à discussão da relação entre ideologia e política na tradição marxista, qual seja, sua *Teoria Ampliada de Estado*.

É justamente na noção ampliada de Estado e sua relação com a sociedade civil que Gramsci expõe a necessidade de (re)compreensão do Estado moderno. Esse seria composto por uma sociedade civil e uma sociedade política, que compõem a superestrutura e uma sociedade econômica, que representa a estrutura. Essas três esferas, dialeticamente articuladas, comporiam a totalidade social. A sociedade civil se enquadraria entre o Estado e a sociedade econômica. Nessa articulação, “[...] o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica” (GRAMSCI, 2014, p.324). Destarte, ao considerar a noção delineada por Gramsci, tem-se que “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (2007, p.244).

Ao reiterar a dimensão da sociedade política no âmbito dos aparelhos coercitivos ou aparelho de Estado Gramsci avança ao situar, por outro lado, a sociedade civil num movimento dialético de continuidade/ruptura ou conservação/superação da teoria marxiana clássica, incorporando novos e necessários elementos à sua dimensão, a partir da descoberta dos aparelhos privados de hegemonia (COUTINHO, 1999). Entretanto, se existem diferenças entre as análises impressas por Marx e Gramsci, isso não incorre em um distanciamento desse último em relação aos postulados marxianos, na medida em que a linha que vai costurando toda a argumentação gramsciana radica na fidelidade do método de Marx. O que ocorre, ao nosso ver, é o estudo de “um Estado e um contexto social-histórico saturado de novas determinações inexistentes plenamente no período de Marx” (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011, p.44).

E nesse sentido, ainda que para Gramsci também haja uma correspondência entre as esferas econômicas e políticas, e que o Estado seja o espaço onde se unificam os interesses burgueses, objetivando efetivar seu domínio, seria necessário expor como as mediações dão arquitetura a esse processo. Em Gramsci tem-se não só um Estado em que se verifica uma esfera repressiva, “mas uma luta por hegemonia da burguesia na superestrutura” (idem, ibidem, p.45). Essa hegemonia não se equivale à mera dominação, mas a uma direção social impressa pela burguesia que se legitima sob o consenso dos grupos subalternos.

Na perspectiva abordada por Gramsci a sociedade civil é representada pelo conjunto de organismos responsáveis pela elaboração/difusão de ideologias ou aparelhos privados de hegemonia, e compreenderia as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, a organização material da cultura (revistas, jornais, meios de comunicação de massa), dentre outros.

Citando Gramsci (1977), Simionatto (2011, p. 68), esclarece que a sociedade civil aparece como “o conjunto de organismos ‘privados’ e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade”.

No nosso entendimento, é impossível dissociar a acepção de ideologia em Gramsci de sua concepção de Hegemonia. Para Brandão e Dias (2007, p,85) “o conceito de hegemonia em Gramsci é de fundamental importância para compreender o que é ideologia, pois se esta última significa visão de mundo, a primeira trata da construção desta visão”. Destarte, temos a compreensão de que se a ideologia corresponde a uma dada visão de mundo, hegemonia corresponde à forma pela qual as classes também buscam difundir suas ideias. Como, então, se relacionam as categorias ideologia e hegemonia na obra de Gramsci? Qual o papel que elas assumem na perspectiva revolucionária do nosso autor italiano? Conforme argumentou Gruppi:

A hegemonia é isto: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo, e desse modo, isolando o próprio capitalismo (GRUPPI, 1978, p.59).

A ideologia e as formas de política, nas sociedades de classes: “São o resultado da luta hegemônica e do choque entre as classes, mas também da parcialidade do ponto de vista do ator social e da sua demanda intrínseca de identidade” (LUKÁCS, 2013, p.520). Temos a compreensão de que na esteira de Gramsci, Lukács entendeu que o confronto entre as classes se dá no terreno econômico-estrutural no qual elas se constituem enquanto tal, e ao mesmo tempo assume contornos ideo-políticos. Assim, uma perspectiva de transição revolucionária ao socialismo enfrenta tanto determinações econômicas como ideológicas. Para exemplificar, Lukács recorre a um trecho do Manifesto do Partido Comunista ao apontar que:

Será preciso uma profunda perspicácia para compreender que, mudando as condições de vida dos homens, suas relações sociais e sua existência social, também mudam suas concepções, seus modos de ver e suas ideias, ou numa palavra, também muda sua consciência? O que demonstra a história das ideias a não ser que a produção espiritual se transforma juntamente com a material? As ideias dominantes de uma época foram sempre, apenas, as ideias da classe dominante. (MARX e ENGELS, apud LUKÁCS, p.141)

Ainda que não haja na obra lukacsiana uma concepção de hegemonia, tal qual profundamente abordada na perspectiva gramsciana, entendemos que para Lukács o peso que a ideologia tem no conjunto da sociedade pode aproximar-se bastante da aceção de hegemonia apreendida em Gramsci enquanto direção que os grupos devem exercer sobre outros. Para o pensador húngaro os antagonismos de classe “[...] só podem ser enfrentados eficazmente na sociedade quando os membros de um grupo conseguem convencer a si mesmos de que seus interesses vitais coincidem com os interesses importantes da sociedade como um todo [...]” (LUKÁCS, 2013, p.471). Por quais vias se dá esse convencimento? Entendemos que a resposta a esse questionamento pode estar na definição de hegemonia elaborado por Gramsci.

O caminho apresentado por Gramsci parece ir na seguinte direção: as sociedades de classes evidenciam interesses contraditórios e antagônicos pelo descompasso de suas inserções na estrutura social. Tais interesses fazem surgir constantes conflitos e é no terreno das ideologias que os homens tomam consciência de tais conflitos. Essa consciência não é, de modo algum, espontânea, mas induzida e projetada a partir das lutas hegemônicas. Da percepção desse descompasso surge a necessidade de incidir sobre a realidade. A relação objetividade e subjetividade apresentada por Gramsci parece se aproximar com a concepção elaborada por Lukács ao entender que

[...] os interesses de um modo necessário são determinados pela estrutura social; porém essa determinação só pode se tornar um motor da práxis quando os homens singulares vivenciam esses interesses como seus próprios e tentam impô-los no quadro das relações vitalmente importantes para eles com outras pessoas. (LUKÁCS, 2013, p.472)

Ocorre que, para Lukács (2013, p.480), “[...] no embate das ideologias ou estágios mais desenvolvidos na luta ideológica das classes o desmascaramento de uma ideologia pela outra desempenha um papel importante, por vezes, decisivos”. Como então pode ocorrer a transição de uma luta político-ideológica como expressão da realidade objetiva dos sujeitos sociais, para uma forma sobre a qual pode incidir organicamente no conjunto de decisões tomadas por esses mesmos indivíduos? Em outros termos, como a ideologia enquanto mediação da luta hegemônica pode contribuir para a realização de uma reforma intelectual e moral do conjunto da sociedade?

Uma das respostas enfiadas pelo pensador italiano, e que podem enriquecer os dilemas apontados por Lukács para essa tarefa, está na compreensão do papel dos intelectuais. Para Simionatto (2011) essa é uma questão que já aparece de forma subliminar na tradição marxista, sobretudo nas reflexões de Marx e Engels, e mesmo na continuidade dessa tradição a partir dos estudos de Kautsky, Lênin e Trotsky. Porém, segundo a autora, se referenciando em Marek (apud

SIMIONATTO, 2011), Gramsci foi o único marxista que tratou a fundo a questão dos intelectuais. O primeiro questionamento apontado por Gramsci foi: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?” (GRAMSCI, 2014, p.15). A continuidade de análises empreendidas pelo autor aponta que não há neutralidade na ação dos intelectuais. Para o autor

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (idem, ibidem)

Assim, para o autor as camadas de intelectuais poderiam ser agrupadas em dois grandes estratos: os *intelectuais tradicionais* e os *intelectuais orgânicos*. Os primeiros corresponderiam “aos intelectuais que sobreviveram ao desaparecimento do modo de produção anterior e que não se acham atualmente ligados organicamente a nenhuma das classes fundamentais” (SIMIONATTO, 2011, p. 57-58). Um exemplo desse tipo de intelectual corresponde àqueles que formam o Clero. No que concerne ao intelectual orgânico este corresponde aos estratos que surgem como uma demanda de difusão das classes que se estruturam como fundamentais num dado modo de produção. Trata-se de segmentos que compartilham de valores, aspirações ídeo-políticas e visão de mundo da classe a qual se vinculam de forma orgânica. Para ilustrar essa argumentação, Gramsci aponta que “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc.” (GRAMSCI, 2013, p.15).

A essa altura um questionamento torna-se fundamental: A quem cumpre a função de intelectual? A priori todos podem desempenhar tal papel, na medida em que para Gramsci “todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais” (idem, ibidem). Assim, por intelectual, devemos entender não somente essas camadas sociais as quais chamam tradicionalmente de intelectuais, mas em geral, toda a massa social que exerce funções de organização no sentido mais amplo: seja no domínio da produção, da cultura ou da administração pública (SIMIONATTO, 2013).

Dada a função que os intelectuais assumem no direcionamento da sociedade Gramsci identifica um importante campo de mediação dessa função: o *Partido Político*. Na mesma direção entendemos que ambos,— Gramsci e Lukács —, inspirados em Lênin¹², apreendem o papel do

¹² Outro ponto bastante interessante numa análise comparativa entre Gramsci e Lukács é a influência que a obra de Lênin tem nas reflexões dos dois autores. Em nossa opinião, muitos dos pontos de convergência entre eles derivam dessa influência.

partido como importante vetor de organização política e ideológica. Na avaliação de Montañó e Duriguetto Gramsci e Lukács, entendem que: “A consciência de classe, a ideologia revolucionária, a definição das metas, das táticas, e os meios para as lutas de classes, precisam para esses autores, do papel que cumpre o intelectual (orgânico, militante de classe) e o *partido político*”. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 111, grifos dos autores).

Para Lukács [...] o partido corresponde a uma apresentação do estado da consciência de classe proletária na qual se trata apenas de tornar consciente o inconsciente, de tornar atual o latente etc. (LUKÁCS, 2003, p. 537-38). Suas análises quanto a essa questão partem da premissa de que mesmo em contextos de crise o proletariado teria dificuldades de elevá-las de uma dimensão objetiva ao nível da consciência dada a influência intelectual da burguesia, o que ele entende por “crise ideológica do proletariado”. Para ele,

Essa crise ideológica mostra-se também no fato de que a situação objetivamente muito precária da sociedade burguesa ainda se reflete na mente dos proletários com sua antiga solidez; mostra-se também no fato de que em muitos aspectos o proletariado continua preso às formas capitalistas de pensamento e sensibilidade (LUKÁCS, 2003, p.547).

Reside aí a importância do partido como um importante canalizador dessa organização. Na mesma direção, em Gramsci [...] os partidos políticos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias, isto é, são o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 113), e portanto tornam-se fundamentais na unificação dos interesses do proletariado.

Desse modo, a partir das considerações levantadas, entendemos que são muitos os pontos de confluência da perspectiva adotada por Gramsci e Lukács em torno da aceção da categoria ideologia e o peso que esta tem na difusão de um conjunto de ideias que interferem nas alternativas assumidas pelos indivíduos nos conflitos enfrentados no cotidiano. Para isso, os dois apresentam possibilidades que se abrem no campo da luta político-ideológica, não como uma esfera autônoma da realidade objetiva, nem como epifenômeno dessa, mas como um campo onde muitas contradições da dimensão produtiva são esgarçadas e devem ser, também, combatidas.

5. APRECIACÕES CONCLUSIVAS

Com as análises que empreendemos no presente texto buscamos apresentar, ainda que de forma aproximativa, elementos que entendemos demarcar para dois pontos fundamentais relacionados ao tema da ideologia. O primeiro diz respeito ao fato de que, dadas às particularidades

da categoria ideologia, reafirmamos que não nos parece que ela tenha perdido a sua importância ou mesmo desaparecido. Ao contrário, se manifesta em múltiplas determinações da realidade social. Tais manifestações não se operam de forma homogênea, e sim de acordo com a relação que estabelece com as bases materiais nas quais são geradas.

Nessa perspectiva, como segundo ponto, pressupomos que os dois pensadores marxistas que melhor apreenderam essa determinação foram Gramsci e Lukács ao se apoiarem em uma concepção ontológica da ideologia. Assim, a sua validade adquire um caráter histórico e objetivo e influem no conjunto da realidade social. Por outro lado, os dois avançam ao se contraporem a uma determinação unilateralizante da ideologia, como mera esfera de dominação. E é nessa perspectiva que esferas como a Filosofia e o Partido Político, adquirem um papel importante como mediações de disputa ideológica e direção intelectual e moral na sociedade. Com isso, não estamos pretendo cair numa perspectiva que autonomize a superestrutura da estrutura, como se as ideias subjetiva e voluntariamente ganhassem “vida própria”. Avaliamos que estaríamos caindo, *mutatis mutandis* no mesmo equívoco que conceber a ideologia como epifenômeno da dominação de classe que se estabelece nas relações sociais de produção. Entendemos que uma mudança radical nas estruturas dessa forma de sociabilidade situa-se nos termos do que Gramsci apontou como Bloco Histórico. Portanto, trata-se de alterar a correlação de forças no campo econômico, mas também nas dimensões políticas e ideológicas. Isso demanda uma articulação político-ideológico que possa apontar para os limites dessa ordem. Conforme aponta Mézaros:

Sem a intervenção ativa de uma ideologia abrangente, o potencial estratégico das mudanças mais ou menos extensivas que são espontaneamente postas em movimento em diferentes pontos do sistema social não pode ser articulado, pela falta de um ponto comum significativo que retenha e aumente cumulativamente a sua importância – que, isoladamente, é muito limitada. Como resultado, as mudanças particulares desprovidas de um quadro estratégico de referência (que apenas uma ideologia coerentemente definida pode proporcionar) em geral ficam limitadas à imediatividade de seu impacto potencial estritamente circunscrito (MÉSZAROS, 2012, p.236).

Diante dessas considerações entendemos que as contribuições trazidas por Gramsci e Lukács são importantes para delinear aspectos fundamentais relacionados ao campo ídeo-político. A ausência de um estudo mais sistemático acerca dessa interlocução coloca na ordem do dia uma demanda carente de investigação: Qual a contribuição que o diálogo entre esses dois pensadores pode trazer para problematizar os desafios do marxismo na contemporaneidade? Diante do conjunto de possibilidades que poderia estabelecer essa interlocução, entendemos que as reflexões

empreendidas pelos autores em torno da categoria ideologia contribuem significativamente para essa discussão.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BARSOTTI, P. Notas sobre ontologia e política em Lukács. In: DEL ROYO, M. (org) *Gyorgy Lukács e a emancipação humana*. São Paulo: BOITEMPO, 2013.

COUTINHO, C.N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Lukács, a ontologia e a política. In: COUTINHO, C.N. *Marxismo e Política – a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2008. 3ed.

_____. Lukács e Gramsci: apontamentos preliminares para uma análise comparativa. In: COUTINHO, C.N. *De Rousseau a Gramsci*. São Paulo: Boitempo, 2011.

EAGLETON, T. *Ideologia – Uma introdução*. São Paulo: Boitempo/Unesp, 1997.

GRUPPI, L. *O conceito de Hegemonia em Gramsci*. São Paulo: Graal, 1978.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 7ed. São Paulo: Loyola, 1998.

IASI, M. Ideologia... quer uma para viver? In: IASI, M. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. *Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais*. In: Marx e a Dialética da Sociedade Civil, Marília: Ofício Universitária; CAPES; Cultura Acadêmica Editora, 2014.

INFRANCA, A. A atualidade da concepção política em Lukács. In: DEL ROYO, M. *Gyorgy Lukács e a emancipação humana*. São Paulo: BOITEMPO, 2013.

FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Roco, 1992

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 2007.

_____. *Cadernos do cárcere*. op. cit. v. 3, 2013.

_____. *Cadernos do cárcere*. op. cit. v. 2, 2014.

KONDER, L. *A questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LIGUORI, G. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LUKÁCS, G. Observações metodológicas sobre a questão da organização. In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Para uma ontologia do ser social*. v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACEDO, G. *Serviço Social em debate: Ser Social, Trabalho, Ideologia*. Maceió: Edufal, 2011.

MARX, K. Prefácio. In: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 2ed.

_____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2009

MESZAROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo, Boitempo, 2009.

_____. *O poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca Básica de Serviço Social; v5.

NETTO, J.P. *Para a crítica da vida cotidiana*. In.: NETTO, J.P. BRANT CARVALHO, M.C. COTIDIANO: Conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, I. *Gramsci – sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011, 4ed.

ZIZEK, S. Introdução - O espectro da Ideologia. In: *Um mapa da Ideologia*. ZIZEK, S (org.). São Paulo: Contraponto, 1996.

_____. Como Marx inventou o sintoma. In.: *Um mapa da Ideologia*. ZIZEK, S (org.). São Paulo: Contraponto, 1996.

VAISMAN, E. Ideologia e sua determinação ontológica. In: *Verinotio*. n. 12, Ano VI, out./2010 – Publicação semestral.